

PÁG 2 Novas regras de ICMS em SP entram em vigor em abril

PÁG 4 Aneel aprova aprimoramentos no processo de migração ao mercado livre

PÁG 7 Estudo da PSR sobre modelos é discutido com associadas

PÁG 11 Abraceel se reúne com MME para discutir abertura de mercado

PÁG 13 Regulamentação do comercializador independente de etanol deve avançar no início de 2022, afirma diretora da ANP

PÁG 15 Abraceel na Mídia

PÁG 16 Curtas

PÁG 20 Próxima Semana e Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Novas regras de ICMS em SP entram em vigor em abril

Matéria em 1 minuto:

- A informação foi apresentada à Abraceel em primeira mão pela Secretaria da Fazenda de São Paulo;
- A promessa é que um novo decreto com as principais diretrizes deva ser publicado nas próximas semanas, revogando o Decreto 65.823/2021;
- Em fevereiro está prevista a publicação de uma nova portaria, que consolidará todo o regramento hoje disperso em várias normas;
- A metodologia proposta pela Sefaz está alinhada com os pleitos da Abraceel e prevê o diferimento nas operações entre comercializadoras, com recolhimento do imposto apenas quando da venda final ao consumidor.



Tempo de leitura:
2 minutos

O novo sistema de tributação do ICMS no mercado de energia elétrica em São Paulo deve entrar em vigor em 1º de abril de 2022. A informação foi apresentada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo em reunião com a Abraceel na última terça-feira, dia 07.12.

A apresentação do novo regramento foi realizada por Mauro Teles Montilha, assistente fiscal da Sefaz, em reunião que também contou com a presença de Luciano Garcia Miguel, Subcoordenador Adjunto da Administração Tributária, e José Paulo Neves, Subcoordenador de Consultoria Tributária e Contencioso Administrativo Tributário. O tema está sendo conduzido pela Subcoordenadoria de Consultoria Tributária e Contencioso Administrativo Tributário (SUBCON) e pela Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento (SUBFIS).

Um novo decreto com as principais diretrizes sobre o tema deverá ser publicado nas próximas semanas, revogando o Decreto 65.823/2021, assim que aprovado pelo Governo do estado. As principais diretrizes serão retiradas do Anexo XVIII e inseridas no Capítulo 10 do RICMS/00, que compreenderá dez novos artigos, divididos em três temas principais: operações internas, operações interestaduais e diversos. Além disso, em fevereiro está prevista a publicação de uma nova portaria, que consolidará todo o regramento hoje disperso em várias normas.

A medida é necessária para que o Estado de São Paulo se adeque à decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4281 apresentada pela Abraceel, que julgou in-



constitucional a substituição tributária “lateral” nas operações realizadas no mercado livre.

De acordo com a Sefaz-SP, haverá diferimento nas sucessivas operações internas de energia elétrica, com recolhimento apenas na última operação com consumo. Com isso, não haverá recolhimento do ICMS nas operações entre comercializadoras, com o lançamento do imposto diferido para o momento da venda final.

Nas operações internas, a responsabilidade pelo tributo será do alienante paulista. Ou seja, o comercializador localizado no Estado de São Paulo ficará responsável pelo imposto devido nas operações antecedentes quando da venda ao consumidor final localizado no estado.

Nas operações interestaduais, a responsabilidade será do consumidor. Ou seja, o consumidor que adquirir energia elétrica de uma comercializadora fora do Estado de São Paulo, por exemplo, ficará responsável pelo lançamento e recolhimento do imposto. Caberá à CCEE a divulgação das informações.

A Sefaz-SP pretende estabelecer a opção de um regime simplificado para o consumidor que hoje não é contribuinte, mas que passará a ser em razão das novas regras. Além disso, o decreto deverá permitir que a Fazenda, de ofício, e conforme sua prerrogativa, estipule regime especial para o destinatário final. Por fim, dada a previsão de entrada em vigor do novo Decreto em 01.04.2022, a última Devec será referente ao fato gerador de março desse ano e deverá ser entregue até 14 de abril.

A metodologia proposta pela Sefaz-SP está alinhada aos pleitos da Abraceel e a sua postergação é importante para que as empresas consigam se adaptar para fazer o devido recolhimento do imposto e dar continuidade ao bom funcionamento do mercado de energia elétrica.

Aneel aprova aprimoramentos no processo de migração ao mercado livre

Matéria em 1 minuto:

- Diretoria da Aneel deliberou o resultado das Consultas públicas 52 e 18/21, na qual a Abraceel defendeu pontos críticos no processo de migração que requerem aperfeiçoamentos;

- A grande vitória é a previsão em resolução de que é responsabilidade da distribuidora a elaboração e envio do diagrama unifilar do ponto de conexão e do sistema de medição, sendo vedado exigir do consumidor e demais usuários o pagamento ou a elaboração do documento;

- A Agência também inseriu na resolução as etapas e prazos relacionados ao processo de adequação do Sistema de Medição para Faturamento (SMF), também mapeado como um ponto crítico, e a possibilidade de a distribuidora reduzir o prazo de 180 dias para migração do consumidor ao mercado livre.



Tempo de leitura:
2 minutos

Em cumprimento com o planejamento estratégico da Abraceel 2021-2024, a Associação elaborou proposta com pontos de aprimoramentos no processo de migração do mercado livre e enviou à Aneel e à CCEE em julho deste ano. A proposta está disponível no [site da Associação](#).

Em resposta, a CCEE encaminhou correspondência à Aneel com seu entendimento dos pontos que requerem aperfeiçoamentos no processo de migração, que, em síntese, estão em linha com a proposta da Abraceel. A carta enviada pela CCEE foi detalhada neste [Relatório Semanal](#).

A Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição (SRD) da Aneel, por sua vez, enviou ofício à Abraceel sugerindo que a referida proposta fosse apresentada no âmbito das Consultas Públicas 18 e 52/21, para que pudessem ser avaliadas e, se cabível, endereçadas nos respectivos processos.

As consultas públicas visam, respectivamente, consolidar os atos normativos relativos aos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (PRODIST) e aos direitos e deveres do consumidor. A contribuição enviada pela Abraceel está disponível no [site da Associação](#).



No dia 07.12, a Diretoria da Aneel deliberou o resultado das referidas consultas, incluindo na resolução alterações para aperfeiçoamento do processo de migração ao mercado livre. A Abraceel, representada por Danyelle Bemfica, realizou sustentação oral na reunião defendendo os pontos críticos no processo de migração que requerem aperfeiçoamentos.



A grande vitória é a previsão em resolução de que é responsabilidade da distribuidora a elaboração e envio do diagrama unifilar do ponto de conexão e do sistema de medição, sendo vedado exigir do consumidor e demais usuários o pagamento ou a elaboração do documento.

A Agência também inseriu, na referida resolução, etapas e prazos relacionados ao processo de adequação do Sistema de Medição para Faturamento (SMF), também mapeado como um ponto crítico no processo de migração. Todavia, na sustentação oral a Abraceel chamou atenção sobre a necessidade de que todos os requisitos, etapas, prazos e responsáveis estejam previstos na resolução. Por exemplo, o prazo para instalação do SMF ainda não possui previsão normativa.

Em relação ao pleito de reduzir o prazo de 180 dias para denúncia do contrato pelo consumidor que desejar migrar ao mercado livre, a Aneel acrescentou na nova resolução a possibilidade de a distribuidora reduzir esse prazo. Apesar de entender o objetivo do regulador de acelerar o processo para o consumidor, a Abraceel destacou que tal possibilidade abre precedente para discricionariedade pela distribuidora, observando que o prazo deveria ser isonômico para todos os consumidores.

A Abraceel continuará atuando para que outros aprimoramentos no processo de migração sejam implementados. A íntegra da Resolução Normativa 1000/21 está disponível no site da Abraceel, seção "Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas".



Migração simplificada na CCEE

A CCEE apresentou, no [Momento Capacita nº 29](#), o processo simplificado de migração de cargas, que servirá como alternativa para realizar a inclusão de novas cargas no mercado livre a partir de 2022.

A possibilidade de migração simplificada será oferecida pela CCEE para aquelas unidades que já tiverem conexão direta com algum concessionário aderido à Câmara, não possuírem instalações compartilhadas e não precisarem de aprovação do ONS em relação ao projeto e relatório de comissionamento. Segundo a CCEE, cerca de 80% das novas cargas que migram ao ACL atendem essas premissas.

Dentre os benefícios para os consumidores estão o preenchimento das informações necessárias para habilitação técnica em página única, possibilidade de criação automática de comunhão de direito e preenchimento da DHC na mesma solicitação de inclusão.

Estudo da PSR sobre modelos é discutido com associadas

Matéria em 1 minuto:

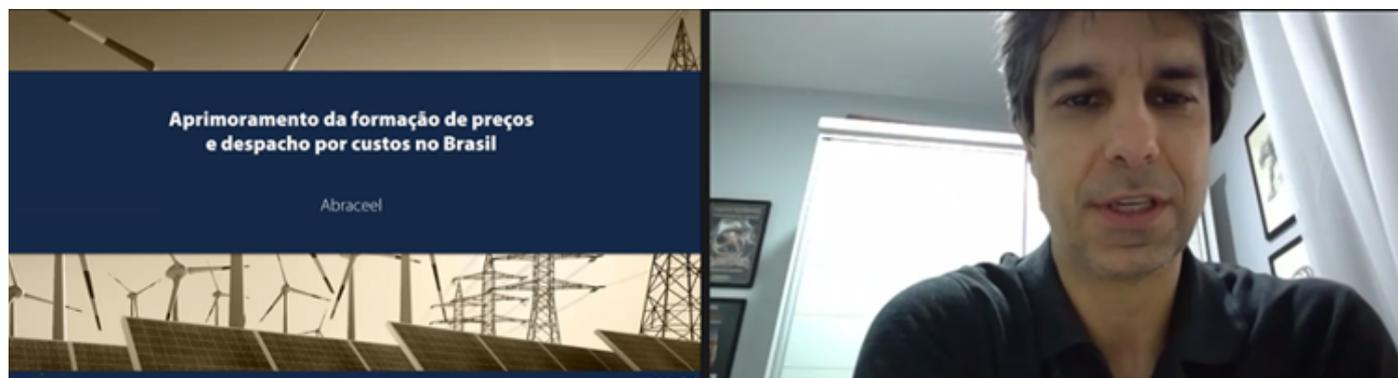
- Em workshop exclusivo para associadas da Abraceel, a PSR apresentou minuta do relatório final sobre aprimoramentos na formação de preços por modelo;
- Foram discutidas com as associadas quais as ações devem ser priorizadas na agenda da Abraceel;
- A minuta do relatório foi enviada por e-mail ao Grupo Técnico e está aberta para contribuições das associadas até o dia 17.12.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 07.12, a Abraceel e a PSR se reuniram com as associadas para apresentação e discussão da minuta do relatório do estudo sobre aprimoramentos na formação de preços por modelos. Estavam presentes 160 representantes das associadas.

De início, Frederico Rodrigues lembrou que o estudo é uma das nossas metas na bandeira de formação de preços do Planejamento Estratégico 2021 e essencial para o melhor entendimento e posicionamento da Abraceel sobre eventuais aperfeiçoamentos nos modelos de formação de preços. Luiz Barroso ponderou que grande parte das questões dos modelos são bastante conhecidas, inclusive pelas autoridades. O que dificulta é a busca pelo consenso. Sobre o questionamento das inovações possíveis com o trabalho, considera que o diferencial é a chance de se ter uma posição da Associação, com indicações da PSR do que é implementável.



Rodrigo Novaes relembrou a estrutura do relatório, apresentada no Workshop de 14.10, que é dividida em:



- **Fase 1:** foco de atuação na governança e simetria de informações, no curto prazo. Trata-se de uma agenda de implementação, dado que os problemas e soluções são bastante conhecidos. Cabe destacar que independentemente de melhorias metodológicas nos modelos ou no próprio arranjo de modelos que se utilize, as providências relativas à governança são medidas “sim ou sim”.

- **Fase 2:** foco na agenda de proposições de melhorias nos modelos, no médio e longo prazo. Trata-se de uma agenda de investigação, pois apesar de os problemas serem conhecidos, existem diferentes maneiras de resolvê-los e que merecem simulações para quantificar seus benefícios práticos. A PSR reforçou que a estrutura de governança pensada na Fase 1 é essencial para implementar essa agenda de longo prazo.

- **Fase 3:** roadmap, em que é feita a priorização das recomendações das fases anteriores, com sugestões para a atuação e para a comunicação do trabalho.

A fase 1 resultou em 19 recomendações de ações, com destaque para:

- i) Criação de uma plataforma para broadcast de informações e divulgação de fatos relevantes;
- ii) Publicidade das solicitações de alterações de dados operativos realizados pelos agentes geradores, com notificações via e-mail ou SINtegre;
- iii) Publicidade dos documentos e arquivos associados à consulta processual da Aneel;
- iv) Divulgação de comunicado imediatamente ao fim de cada reunião da Cpamp; e
- v) Fale conosco e abertura de chamados para o ONS.

Já a fase 2, resultou em 15 propostas para investigação, e foi aberta votação para os representantes das associadas apontarem as propostas de melhorias e aprimoramentos nos modelos que deveriam ser prioritárias na agenda da Abraceel. Foram 59 votantes e o resultado foi o mostrado na figura abaixo, sendo os primeiros:

- i) Abertura de consulta pública para a definição da agenda de trabalho da CPAMP;
- ii) Atribuir maiores pesos para anos recentes do histórico de vazões no modelo PAR(p);
- iii) Representação de reservatórios individualizados;
- iv) Iniciativa para melhorar a modelagem de carga e geração não simulada individualmente;
- v) Reprodutibilidade, documentação e aprimoramento contínuo dos processos associados à projeção de carga e usinas não simuladas individualmente.

Quais propostas deveriam ser prioritárias na agenda da Abraceel?



Durante o Workshop, os associados sugeriram tópicos que poderiam ser mais profundamente abordados no relatório. Na visão de alguns, sempre são demandadas mais melhorias nos modelos, o que esbarra no tempo hábil do modelo para rodar. Assim, uma sugestão foi de dar atenção para a revitalização do código do Newave e Decomp, para que se disponha de um ferramental mais moderno. Com um código mais moderno, seria possível ganhar tempo de rodada para então conseguir colocar uma complexidade maior nos modelos.

Sobre a divulgação de fatos relevantes, foi pontuado que deve existir um arcabouço de regras que deve vir junto com a plataforma de divulgação. Assim, seria possível estabelecer que a responsabilização da divulgação não fique somente com o ONS, de modo que tanto o agente deve pressionar o agente divulgador quanto o ONS, para que a informação saia e não fique parada, evitando o inside trading. Na visão dos associados, seria interessante que a plataforma não ficasse sob gerência do ONS ou da CCEE, pois uma entidade independente poderia cobrar a divulgação da informação.

Os associados também pontuaram que o estudo poderia se aprofundar na melhoria dos dados de entrada e na qualidade da informação. Na visão de alguns, são muitos dados de vazão, chuva, cota e carga que são medidos diariamente, mas sem confiabilidade. Dados falhos e que carecem de consolidação antes de serem entregues implicam no gasto de muito tempo e esforço para reconstrução de dados. Os associados concordaram que com dados de entrada ruins, continuaremos a ter respostas ruins dos modelos. Por isso, uma depuração dos dados de entrada é uma etapa inevitável na modernização dos modelos e que pode ser uma solução quick-win, com baixa complexidade e alto custo-benefício.

Barroso destacou que a agenda é muito ampla, e corremos o risco de levar uma lista para o Papai Noel maior do que o saco que ele consegue levar, e por isso é preciso saber escolher, para que pequenas demandas não se confundam com grandes problemas. Reforçou

o pedido para que os associados encaminhem as evidências, de forma a conseguirmos melhor respaldo na interação com as instituições.

Os associados ainda mencionaram que pode existir desconhecimento entre o que o ONS entende que o usuário final quer e o que o usuário realmente deseja. Como no caso da API, em que uma das informações mais necessárias era vazão natural dos postos. Ainda foi comentada a possível fragilidade que a revisão da Resolução CNPE 07 pode trazer. Rodrigo Ferreira, presidente da Abraceel em 2022, concluiu que o desafio agora é divulgar a pauta de melhoria nos modelos e engajar as instituições.

A minuta do relatório foi enviada por e-mail ao Grupo Técnico e está aberta para contribuições das associadas até o dia 17.12, próxima sexta-feira.

Abraceel se reúne com MME para discutir abertura de mercado

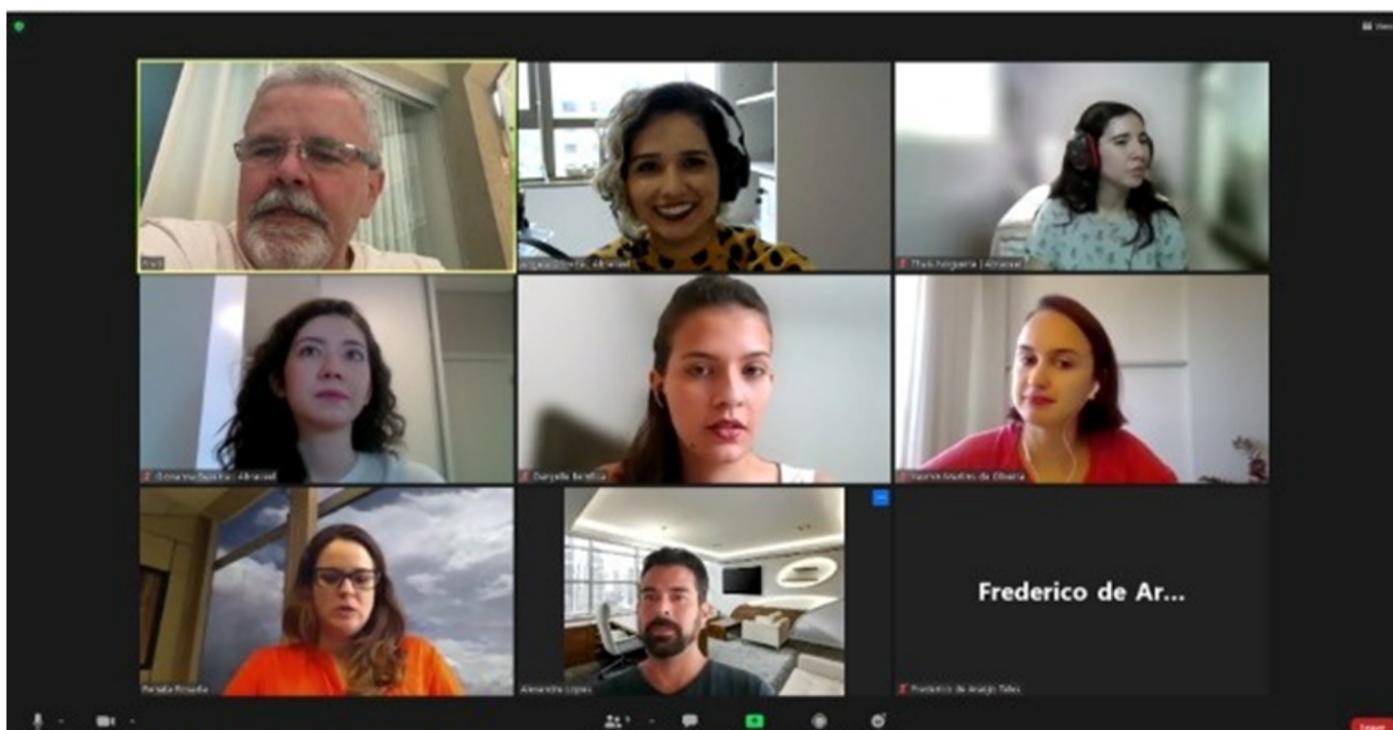
Matéria em 1 minuto:

- MME disse estar esperando estudo da Aneel para avançar no tema de abertura de mercado e, após o recebimento, será aberta consulta pública;

- Sobre os novos contratos de concessão de distribuição, o MME já começou as discussões internas sobre o tema com a perspectiva de terminar os estudos em até seis meses.



Tempo de leitura:
3 minutos



No dia 06.12, a Abraceel se reuniu com Renata Rosada, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos Substituta do MME, e Frederico de Araújo Teles, Assessor do Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamentos de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais do MME, para debater sobre as ações de modernização do setor com foco na abertura do mercado.

Frederico Rodrigues, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, iniciou lembrando o histórico de ações da Associação para sensibilizar o MME sobre a necessidade de pautar a abertura, como os encontros realizados para apresentação dos estudos Abraceel/Thymos e Abraceel/Escher.



Questionou os próximos passos do Ministério após receber os estudos da Aneel e CCEE conforme estipulado na Portaria MME 465/2019. Em resposta, Renata ressaltou que os órgãos optaram por tocar seus estudos separadamente. O que receberam da CCEE foi a [Nota Técnica](#), em que a Câmara sugere a separação fio e energia antes da abertura. A Abraceel, contudo, ressaltou que acredita que a CCEE não julgue obrigatória a separação fio e energia antes da abertura, sendo essa ação apenas desejável.

Em se tratando da Aneel, ainda não receberam nada consolidado, mas em conversas com a área técnica, acreditam que irão receber os caminhos possíveis para a abertura com prós e contras, com base no que foi discutido na Tomada de Subsídios 10/21. O prazo de entrega da Agência é até o final de janeiro de 2022.

O intuito do MME é, após receber os estudos, realizar reuniões internas, principalmente com a área de sustentabilidade da distribuição, para escolher um caminho e pensar em um cronograma concreto de abertura com base nos contratos legados.

Frederico Rodrigues lembrou que para a alta tensão não há empecilho para a abertura imediata e que as discussões podem ocorrer ao longo desse processo. Renata disse considerar importante comunicação com a sociedade e como a informação chegaria ao consumidor cativo para que dúvidas fossem sanadas.

A respeito da Nota Técnica da CCEE, Renata disse que o estudo foi dentro do esperado, mas ainda é necessário discutir alguns temas. Também disse estar curiosa sobre o estudo da Aneel.

Sobre os novos contratos de concessão de distribuição, disse que já começaram as discussões internas, com a perspectiva de finalizar os estudos em até seis meses. A previsão do MME é que para o primeiro semestre de 2022 haja uma consulta pública.

Por fim, a Abraceel demonstrou receio de paralização dos trabalhos em um contexto de mudança de governo e nada ser feito para a abertura do mercado, porém Renata disse não acreditar que as decisões do MME demorem até as eleições.

Além disso, a Associação fez um apelo para que, assim que recebido o estudo da Aneel, o MME possa abrir consulta pública o mais rápido possível.

Regulamentação do comercializador independente de etanol deve avançar no início de 2022, afirma diretora da ANP

Matéria em 1 minuto:

- Symone Araújo, diretora da ANP, passará a ser vinculada à Superintendência de Distribuição e Logística (SDL), área responsável pelo processo do comercializador independente de etanol;

- A diretora ressaltou que a decisão da diretoria foi a de não iniciar um novo processo sobre o comercializador independente, mas de aproveitar o processo que já estava em curso. A expectativa é avançar na discussão ainda no primeiro trimestre do ano que vem;

- Symone se mostrou alinhada ao fomento da comercialização e do livre mercado, lembrando que essas diretrizes permearam as discussões do novo mercado de gás, da qual fez parte.



Tempo de leitura:

2 minutos

A Abraceel se reuniu em 06.12 com a Diretora da ANP, Symone Araújo, para discutir a regulamentação do comercializador independente de etanol. Também estavam presentes a associada Delta, a Superintendente Adjunta de Distribuição e Logística da ANP, Adriana Nickel, e o assessor da diretoria da Agência, Rubens Freitas. A Abraceel foi representada por Rodrigo Ferreira e Bernardo Sicsú.

A reunião foi motivada principalmente pelo fato de que a Superintendência de Distribuição e Logística (SDL), área responsável pelo processo do comercializador independente de etanol, passará a ser vinculada à diretora Symone. Na ANP, diferentemente da Aneel, as Superintendências têm vinculação direta com uma diretoria, ficando a cargo do diretor pautar no colegiado o processo instruído pela área vinculada. A mudança passa a valer a partir de 11.12.

A diretora lembrou que a figura do comercializador independente de etanol foi debatida na diretoria da ANP em 30.09, quando da deliberação da venda direta, mas que a decisão do colegiado foi a de apartar o tema e realizar audiência e consulta pública específica. Segundo Symone, inicialmente houve incompreensão sobre a proposta por parte de alguns, o que gerou certa resistência interna, e que a urgência na deliberação da venda direta acabou influenciando na separação das discussões.



A diretora ressaltou que a decisão da diretoria foi a de não iniciar um novo processo sobre o comercializador independente, o que traria lentidão, mas de aproveitar o processo que já estava em curso, determinando que a SDL avalie a necessidade, ou não, de realizar uma Análise de Impacto Regulatória sobre o tema. Em seguida, deverá ser realizada discussão pública com o prazo de 45 dias. A diretora afirmou que espera avançar com a discussão ainda no primeiro trimestre do ano que vem.

Symone se mostrou alinhada ao fomento da comercialização e do livre mercado, lembrando que essas diretrizes permearam as discussões do novo mercado de gás, da qual fez parte. Além disso, foi lembrado que a aprovação da Medida Provisória 1.063, que trata da venda direta, pode retirar entraves tributários para a comercialização no varejo, uma vez que permite centralizar a arrecadação na produção. Vale destacar que a MP foi aprovada no Senado no dia 08.12, sendo encaminhada à sanção presidencial.

Ao final, a Abraceel se comprometeu a enviar os materiais que subsidiaram seu pleito e se colocou à disposição da ANP para realizar nova apresentação sobre o tema.



ABRACEEL NA MÍDIA



ABRACEEL TERÁ MUDANÇAS NA DIRETORIA EM 2022

| Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ABRACEEL ESTÁ OTIMISTA COM 2022

| Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui](#)



ENTREVISTA: ABRACEEL FALA DO FUTURO DO MERCADO LIVRE

| YouTube - Canal Energia

[Assista a entrevista completa aqui](#)





CURTAS

Abraceel se reúne com Diretor Hélivio Guerra

Na quinta-feira, 09.12, Reginaldo Medeiros, Rodrigo Ferreira e Bernardo Sicsú se reuniram com o diretor da Aneel, Hélivio Guerra, para apresentar formalmente o próximo presidente-executivo da Abbraceel. Durante o encontro, também foi abordada a agenda do mercado. Hélivio afirmou que a pauta da Abbraceel está bastante alinhada com a agenda da Aneel, sendo de extrema importância para o país. Nessa semana, o Ministro Bento Albuquerque confirmou ter indicado o nome de Hélivio Guerra para mais um mandato como diretor da Aneel. A indicação ainda precisa ser enviada para o Senado, a quem cabe a aprovação.



Resoluções do CNPE – Gás Natural e Petróleo

Foram aprovadas, no dia 09.12, [três resoluções do CNPE](#) voltadas para a exploração e produção de petróleo e gás natural. A ANP foi autorizada a definir e licitar em Oferta Permanente, no regime de concessão, blocos em quaisquer bacias ter-

restres ou marítimas, a exceção daqueles na Área do Pré-sal ou em Áreas Estratégicas. Também foram acatados os parâmetros técnicos e econômicos para a licitação de 11 blocos no regime de partilha de produção. Além disso, foi determinada a publicação de edital para a qualificação de projetos visando à execução do Poço Transparente. O referido edital será submetido à consulta pública.

Reunião da Diretoria da ANEEL

Deverá ser discutido na próxima reunião de diretoria da ANEEL o resultado da Segunda Fase da CP ANEEL 07/21, que trata do aprimoramento da regulamentação sobre a segurança cibernética no SEB. Também está na pauta a atualização dos limites do PLD para o ano de 2022, sendo propostos o mínimo de R\$ 55,70/MWh, o máximo estrutural de R\$ 640,50/MWh e o máximo horário de R\$ 1.314,02/MWh. Por fim, há proposta de abertura de consultas públicas para debater o programa de resposta da demanda, os indicadores de desempenho do ONS e o orçamento anual da CDE.

Participe da pesquisa de avaliação Abbraceel 2021

Contamos com sua participação para responder à pesquisa de satisfação da Abbraceel 2021 até o dia 17.12, próxima sexta-feira. Realizada anualmente, os dados obtidos são fundamentais para que possamos continuar aprimorando nosso trabalho em 2022. Enviamos a pesquisa para o e-mail dos representantes na última quarta-feira. Esperamos a sua resposta!

Agenda Regulatória Aneel 2022-2023

Foi aprovada a [Agenda Regulatória da Aneel para o biênio 2022-2023](#), após passar pela Tomada de Subsídios 13/21 e em seguida pela Audiência Pública 30/21. A agenda reúne 108 atividades, sendo 35 prioritárias. A Abraceel participou de ambos os processos e, com sucesso, teve pleitos acatados. Entre eles, a priorização do aperfeiçoamento da REN 843/2019, sobre governança do PLD, e o aprimoramento da comercialização varejista. Também foi acatada como prioritária a sugestão da Abraceel para aprimorar as condições de monitoramento do mercado de energia elétrica e, adicionalmente, o aprimoramento das garantias financeiras no MCP foi englobado entre os temas preferenciais. Na temática de comercialização, estão previstas 4 tomadas de subsídios, 7 consultas públicas, 3 audiências públicas e 10 resoluções normativas.

Oferta de Capacidade TBG

Foi anunciada no Portal de Oferta de Capacidade a abertura de chamada pública extraordinária da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A (TBG) para contratação de capacidade firme anual no regime de entrada e saída para 2022. A oferta, que tem como objetivo a continuidade da prestação dos serviços de gás natural, ficará disponível no portal até o dia 16.12. O leilão de solicitação de capacidade será realizado no dia seguinte.

Workshop do GT Metodologia da CPAMP

Ocorrerá, no dia 13.12 às 15h, mais um workshop do GT Metodologia da CPAMP, cujo objetivo é apresentar o andamento das atividades do Ciclo de Trabalho 2021/2022. Adicionalmente, o CEPEL explicará a modelagem dos reservatórios equivalentes de energia no NEWAVE considerando a produtividade, restrições hídricas e outros fatores.

Detalhes do Evento	
15:00	Abertura da reunião
15:10	Apresentação CEPEL e dúvidas
15:50	Apresentação das atividades do ciclo 2021/2022
16:20	Dúvidas, contribuições e comentários dos participantes
16:50	Encerramento

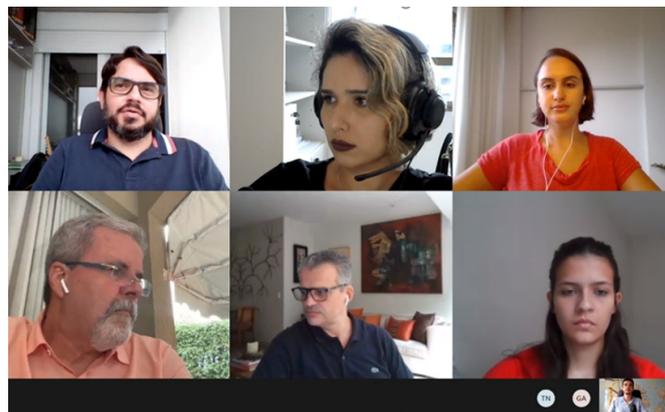
Abraceel apresenta proposta de monitoramento da alavancagem ao presidente da Eletrobras

No dia 10.12, a Abraceel se reuniu com o Presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, para apresentar a proposta de monitoramento da alavancagem elaborada pela Volt Robotics e Elekto, cuja metodologia

já foi disponibilizada às associadas. Na oportunidade, a Associação ressaltou a importância da discussão na segurança de mercado, meta de seu planejamento estratégico. Como se sabe, a proposta visa monitorar a alavancagem de maneira simples e de baixo custo com compromissos de governança, capacitação e competências entre os agentes. A Nota Técnica da proposta já foi apresentada ao MME, Aneel e CCEE e a íntegra está no site da Abraceel, [neste link](#).

registro como usina de capacidade reduzida. Essa revogação resulta na possibilidade de desativação de suas estações hidrológicas, sendo que a estimativa é que 40% das usinas hidrelétricas de pequeno porte possam desativar suas estações, o que compromete significativamente os pontos de coleta de dados hidrológicos das bacias. O período de contribuição será de 15.12 a 13.02.

Abraceel se reúne com AES para debater novas tecnologias no mercado livre



Consulta Pública conjunta Aneel e ANA sobre estações hidrológicas

A Aneel anunciou abertura de [consulta pública em conjunto com a ANA](#) referente ao aperfeiçoamento dos requisitos e procedimentos necessários à instalação, operação e manutenção de estações hidrológicas e atualização das curvas Cota x Área X Volume para acompanhamento do assoreamento dos reservatórios. Devido à recente alteração legislativa, foi ampliado o limite de potência de 1 MW para 5 MW dos empreendimentos dispensados de outorga, e as usinas já outorgadas puderam requerer a revogação da outorga e

No dia 08.12, a Abraceel se reuniu com Ítalo Freitas, vice-presidente de Novos Negócios da AES América do Sul, para discutir as novas tecnologias para o mercado livre de energia. Na ocasião, Ítalo mostrou o que a empresa vem buscando inovar para facilitar a gestão de energia pelo consumidor, além dos investimentos em tecnologia e eficiência energética. Agradecemos a associada por compartilhar sua experiência com a Abraceel.

SOLenergias agora é uma empresa do Grupo Equatorial

A associada SOLenergias foi adquirida integralmente pelo grupo Equatorial. Em

novembro de 2011, a Equatorial já detinha 51% do capital social da empresa e agora em 2021, culminou na aquisição dos 49% restantes. Assim, a Solenergias passou a ser uma empresa 100% do Grupo Equatorial. Com a mudança, também está em curso uma transição na gestão da empresa. Os atuais diretores Paulo Tavares, Roberto Wainstok e Antônio Pinhel deixam a diretoria e o quadro da empresa. Para compor a nova diretoria da empresa assumem Augusto Miranda, Rafael Brasiense e Tinn Amado.

Abraceel debate pauta de energia no Legislativo

Ângela Oliveira participou do “Café da Manhã com Energia” no dia 09.12, evento promovido pela Consultoria BMJ, que reúne profissionais de relações governamentais que acompanham a pauta do setor de energia no Congresso Nacional. Na pauta, os projetos de lei da portabilidade (PL 414/21 e PL 1917/15) e os desafios para a tramitação de matérias em ano eleitoral.

Relatório de imprensa Abraceel de novembro

Está disponível na [área restrita](#) do site da Abraceel o relatório de imprensa da Associação do mês de novembro. Durante o mês, foram obtidas 31 inserções na mídia em veículos impressos e online, com valor de R\$525.350,00, caso a mídia espontânea fosse paga. Ademais, foram produzidos cinco releases e dois artigos para a imprensa.

Reginaldo Medeiros é homenageado pelo FASE

No dia 09.12, Reginaldo Medeiros, Frederico Rodrigues e Rodrigo Ferreira representaram a Abraceel na reunião do FASE, que teve a presença de Rodrigo Limp, Presidente da Eletrobras, para debater as perspectivas da capitalização da empresa. O encontro também discutiu a agenda propositiva do Fórum para 2023/2026, com a possibilidade de construir uma agenda conjunta das associações integrantes, a ser aprovada pelos participantes. Na ocasião, Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Abraceel até o final do ano, foi homenageado por seu espírito agregador e colaborativo e sua visão de privilegiar os interesses do setor elétrico, princípios que nortearam sua conduta como Vice-Presidente do FASE.



 **PRÓXIMA
SEMANA**

13.12 – Segunda-feira: Abraceel participa da 3ª Reunião de Interação da CCEE com as Associações, com participação da EPE, que tratará da transição dos contratos legados de lastro e energia, às 11h;

Vice-Presidência de Energia participa do Workshop do GT Metodologia da CPAMP, às 15h.

14.12 – Terça-feira: Vice-Presidência de Energia se reúne com o Gerente Executivo de Regulação e Capacitação da CCEE, César Pereira, e equipe, para tratar do aprimoramento do comercializador varejista, às 10h;

Bernardo Sicsú, diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, representa a Associação na 17ª Reunião do Conselho Consultivo da EPE, às 14h.

15.12 – Quarta-feira: Abraceel se reúne com Elisa Bastos, Diretora da Aneel, para tratar da abertura do mercado e agregação de medição, às 15h;

Vice-Presidência de Energia participa do Encontro do PLD, às 15h.

16.12 – Quinta-feira: Abraceel se reúne com o assessor da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Takemitsu, para tratar dos contratos legados, às 14h30;

Abraceel e Volt Robotics se reúnem com Alessandro Cantarino, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Aneel, para apresentação do site “Match da Energia”, às 15h.

17.12 – Sexta-feira: Rodrigo Ferreira e Frederico Rodrigues se reúnem com Diogo Mac Cord, Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, para apresentação do novo presidente da Abraceel, às 15h.

 **CALENDÁRIO
ABRACEEL****Janeiro**

13.01, às 10h - CCEE apresenta para os associados o estudo do mercado de consumidores cativos com potencial de migração para o mercado livre.